

PLANNER 2022 ASSISTENTE SOCIAL

, PARA INFLAMAR NOSSA
PRÁXIS DA RESISTÊNCIA

Planejador mensal com o calendário de
lutas e extratos da Agenda da categoria,
para auxiliar na organização das tarefas e
compromissos cotidianos!

Imprima e escreva seu nome aqui!



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

www.cfess.org.br

PLANNER 2022 ASSISTENTE SOCIAL PARA INFLAMAR NOSSA PRÁXIS DA RESISTÊNCIA



@CfessOficial
Siga o CFESS nas
principais redes sociais!

EXPEDIENTE

DIRETORIA

Presidenta Maria Elizabeth Borges (BA)
Vice-presidenta Maria Rocha (PA)
1ª Secretária Dácia Teles (RJ)
2ª Secretária Daniela Möller (PR)
1ª Tesoureira Kelly Melatti (SP)
2ª Tesoureira Franciele Borsato (MS)

CONSELHO FISCAL

Lylia Rojas (AL)
Priscilla Cordeiro (PE)
Alessandra Dias (AP)

SUPLENTE

Elaine Pelaez (RJ)
Carla Pereira (MG)
Mauricleia Soares (SP)
Agnaldo Knevitz (RS)
Dilma Franchin (BA)
Emilly Marques (ES)
Ruth Bittencourt (CE)
Eunice Damasceno (MA)
Kênia Figueiredo (DF)

REALIZAÇÃO E EDIÇÃO DE CONTEÚDO

Comissão de Comunicação CFESS
Emilly Marques (coordenação),
Agnaldo Knevitz, Elizabeth Borges,
Kênia Figueiredo e Lylia Rojas

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS

Diogo Adjuto - JP/DF 7823
Rafael Werkema - JP/MG 11732

PROJETO EDITORIAL, PESQUISA, ELABORAÇÃO, SELEÇÃO DE TEXTOS E ORGANIZAÇÃO DE CONTEÚDO

Sônia Lúcio R. de Lima, Marina Barbosa Pinto e
Eblin Farage

PROJETO GRÁFICO, EDITORAÇÃO ELETRÔNICA E ILUSTRAÇÕES

Rafael Werkema sobre fotos e ilustrações
disponíveis nos seguintes bancos de imagens
Freepik, Envato Elements e Fotos Públicas.

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que apresentamos para você, assistente social, nosso Planner (ou planejador) 2022, um extrato da Agenda produzida anualmente para a categoria.

Pelo segundo ano consecutivo, investimos neste material, que pode ser impresso ou utilizado no computador, como uma forma de socializar e ampliar o alcance do conteúdo da Agenda Assistente Social. E trata-se também de uma publicação prática para a categoria agendar seus compromissos mensais, ter em mãos o calendário de lutas do Serviço Social e muito mais! Afinal, os extratos e fragmentos aqui são combustíveis para nosso fazer profissional cotidiano!

Com a publicação concluída, somos tomadas por uma avalanche de sentimentos: alívio, por estarmos com vida em meio a tantas mortes; tristeza, pelas milhares de vítimas da Covid-19; solidariedade, pelas dores das famílias enlutadas; esperança coletiva, pelas inúmeras manifestações que ocorreram em 2021, sobretudo, em defesa da vida; e resistência.

A pandemia da Covid-19 no Brasil dizimou até esse momento mais de 600 mil vidas. Centenas delas de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social. Gente que não resistiu não só à doença, mas ao descaso de governantes. Pessoas que foram vítimas de uma tragédia de âmbito econômico, social, sanitário e político. Vítimas de uma política que, durante toda a pandemia, privilegiou a desinformação, a negação da ciência,

o extermínio, o corte de direitos... Uma política genocida. De um governo de morte.

Mas, em meio a essa tragédia que ainda nos aflige, muitas de nós foram capazes de resistir. Forjamos esperança e seguimos protagonizando lutas diárias: de atos virtuais e peneiras estrondosas à ocupação das ruas a favor da vida, do emprego, das políticas sociais... Contra a fome, a miséria, o desemprego...

Este é o tom da Agenda e do Planner Assistente Social de 2022: seguirmos inflamando a “práxis da resistência”, como diria Marilda Yamamoto!

De janeiro a dezembro, você terá em mãos uma publicação útil para agendar seus compromissos. Ao final, apresentamos textos e imagens da Agenda que contribuem para a reflexão sobre os rumos da nossa profissão, diante dessa conjuntura tão dura para nós da classe trabalhadora.

Nas palavras da poetisa Carolina Luisa Costa, “qualquer gesto é fósforo aceso”. Que esta publicação provoque uma chama de esperança e de indignação. Que inflame a nossa práxis da resistência!

Conselho Federal de Serviço Social
(CFESS) - Gestão ‘Melhor ir à luta
com raça e classe em defesa do Serviço
Social’ (2020-2023)



Imprima este planejador para organizar suas tarefas e compromissos do dia-a-dia! Ele está formatado em A4 (paisagem)



Memorial
dedicado à
vida de cada
assistente
social vítima do
coronavírus

Escaneie o
QR code e
conheça o
Memorial.



FALE CONOSCO

SHS Quadra 6 - Bloco E - Complexo Brasil 21 - 20º andar - Sala 2001
CEP: 70322-915 - Brasília - DF
Fone ++ 55 (61) 3223-1652 | Fax ++ 55 (61) 3223-2420
cfess@cfess.org.br | www.cfess.org.br





PLANNER 2022

ASSISTENTE SOCIAL

PARA INFLAMAR NOSSA PRÁXIS DA RESISTÊNCIA

CALENDÁRIO 2021

JANEIRO							FEVEREIRO							MARÇO							ABRIL						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6	7	8	
3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13	7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10
10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17
17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24
24	25	26	27	28	29	30	28							28	29	30	31				25	26	27	28	29	30	
31																											

1/1 | Confrater. Universal | 16/2 | Carnaval | 2/4 | Paixão de Cristo | 21/4 | Tiradentes | 1/5 | Dia do/a Trabalhador/a | 3/6 | Corpus Christi | 7/9 | Independência do Brasil | 12/10 | N. Sra. Aparecida | 2/11 | Finados | 15/11 | Proclam. da República | 25/12 | Natal

CALENDÁRIO 2023

JANEIRO							FEVEREIRO							MARÇO							ABRIL						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4			1	2	3	4			1	2	3	4	5	6	7		
8	9	10	11	12	13	14	5	6	7	8	9	10	11	5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8
15	16	17	18	19	20	21	12	13	14	15	16	17	18	12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15
22	23	24	25	26	27	28	19	20	21	22	23	24	25	19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22
29	30	31					26	27	28					26	27	28	29	30	31	23	24	25	26	27	28	29	
																					30						

1/1 | Confrater. Universal | 21/2 | Carnaval | 7/4 | Paixão de Cristo | 21/4 | Tiradentes | 1/5 | Dia do/a Trabalhador/a | 8/6 | Corpus Christi | 7/9 | Independência do Brasil | 12/10 | N. Sra. Aparecida | 2/11 | Finados | 15/11 | Proclam. da República | 25/12 | Natal

CALENDÁRIO 2022

JANEIRO							FEVEREIRO							MARÇO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
						1			1	2	3	4	5			1	2	3	4	5
2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12	6	7	8	9	10	11	12
9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19	13	14	15	16	17	18	19
16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26	20	21	22	23	24	25	26
23	24	25	26	27	28	29	27	28						27	28	29	30	31		
30	31																			

ABRIL							MAIO							JUNHO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2	1	2	3	4	5	6	7				1	2	3	4
3	4	5	6	7	8	9	8	9	10	11	12	13	14	5	6	7	8	9	10	11
10	11	12	13	14	15	16	15	16	17	18	19	20	21	12	13	14	15	16	17	18
17	18	19	20	21	22	23	22	23	24	25	26	27	28	19	20	21	22	23	24	25
24	25	26	27	28	29	30	29	30	31					26	27	28	29	30		

JULHO							AGOSTO							SETEMBRO							
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	
					1	2			1	2	3	4	5	6					1	2	3
3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10	
10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17	
17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24	
24	25	26	27	28	29	30	28	29	30	31				25	26	27	28	29	30		

OUTUBRO							NOVEMBRO							DEZEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
					1				1	2	3	4	5				1	2	3	
2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12	4	5	6	7	8	9	10
9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19	11	12	13	14	15	16	17
16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26	18	19	20	21	22	23	24
23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30				25	26	27	28	29	30	31
30	31																			

FERIADOS

- 1º Janeiro (sábado) Confr. Universal
- 1º Março (terça) Carnaval
- 15/Abril (sexta) Paixão de Cristo
- 21/Abril (quinta) Tiradentes
- 1º Maio (domingo) Dia do/a Trabalhador/a

- 16/Jun (quinta) Corpus Christi
- 7/Set (quarta) Independência do Brasil
- 12/Out (quarta) N. Sra. Aparecida
- 2/Nov (quarta) Finados
- 15/Nov (terça) Proclam. da República
- 25/Dez (domingo) Natal





PLANNER 2022
Assistente Social
 PARA INFLAMAR NOSSA
PRÁXIS DA RESISTÊNCIA

JANEIRO

SEGUNDA TERÇA QUARTA QUINTA SEXTA SÁBADO DOMINGO

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						



Lembretes, TAREFAS e ANOTAÇÕES

- 1 - Confraternização Universal
- 21 - Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa
- 24 - Aniversário da Previdência Social (Lei Eloi Chaves) e de fundação do Movimento dos/as Trabalhadores/as Sem Terra (MST)
- 29 - Dia Nacional da Visibilidade Trans



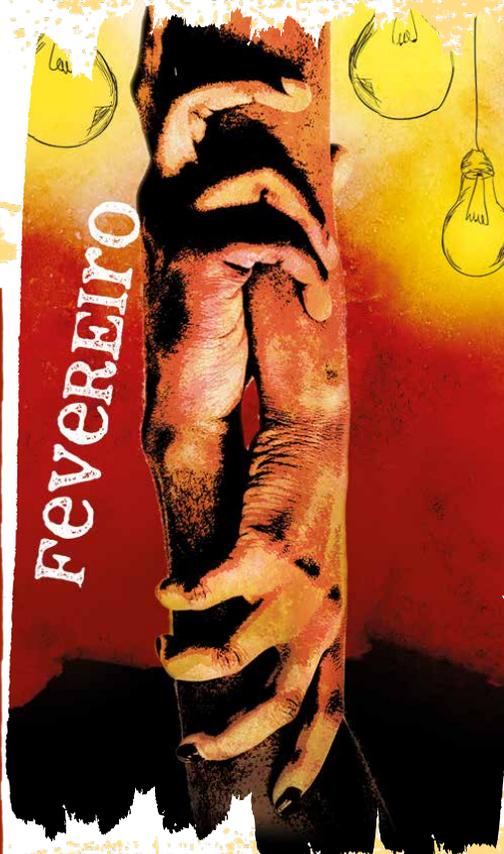


PLANNER 2022
assistente social
PARA INFLAMAR NOSSA
PRÁXIS DA RESISTÊNCIA

FEVEREIRO

SEGUNDA TERÇA QUARTA QUINTA SEXTA SÁBADO DOMINGO

	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28						



LEMBRETES,
TAREFAS e ANOTAÇÕES

7 - Dia Internacional dos Povos Indígenas



SEGUNDA TERÇA QUARTA QUINTA SEXTA SÁBADO DOMINGO

	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			



Lembretes, TAREFAS e ANOTAÇÕES

- 1º - Carnaval
- 8 - Dia Internacional de luta das Mulheres
- 13 - Aniversário do Código de Ética da/o Assistente Social (1993)
- 14 - Data do assassinato da vereadora Marielle Franco. Permanece o mistério sobre a motivação para o crime.
- 21 - Dia Internacional de Eliminação da Discriminação Racial
- 30 - Dia Mundial da Juventude

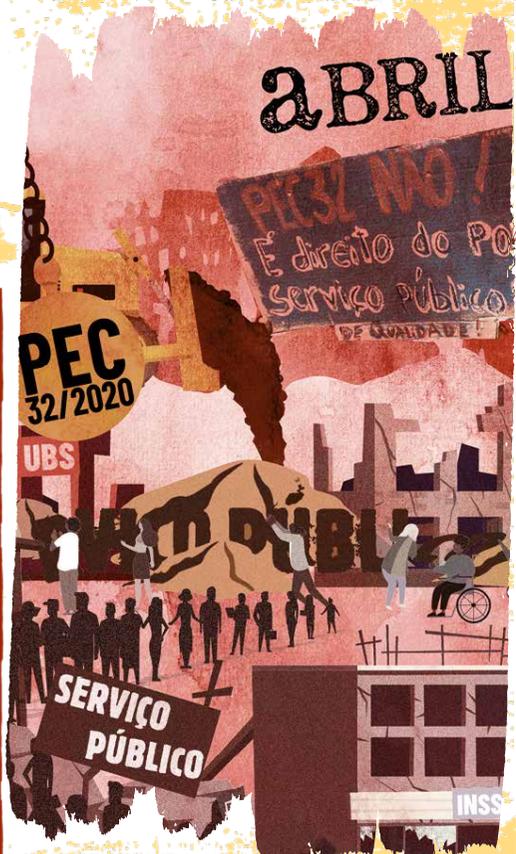


PLANNER 2022
assistente social
 PARA INFLAMAR NOSSA
PRÁXIS DA RESISTÊNCIA

ABRIL

SEGUNDA TERÇA QUARTA QUINTA sexta SÁBADO DOMINGO

				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	



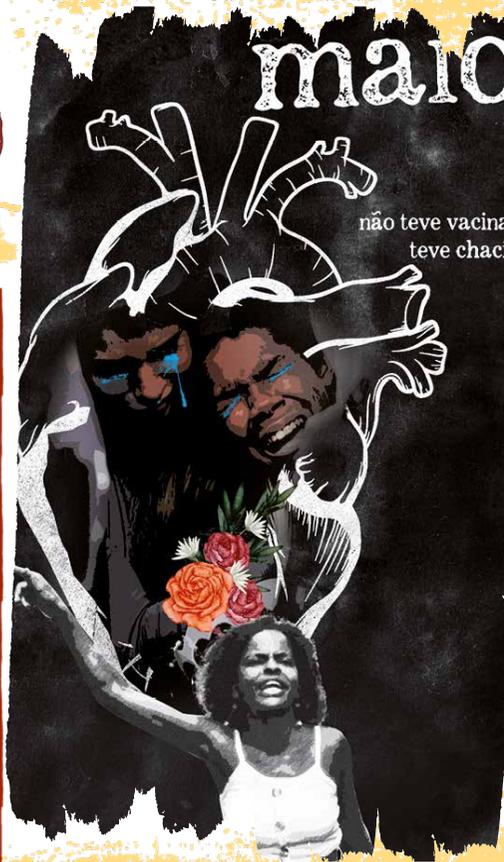
Lembretes, tarefas e anotações

- 6 - Aniversário de aprovação da Política Nacional de Saúde Mental (lei 10.216/2001)
- 7 - Dia Mundial da Saúde
- 15 - Paixão de Cristo
- 17 - Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária e Dia Internacional das Lutas Camponesas
- 19 - Dia da Luta Indígena
- 21 - Tiradentes
- 28 - Dia Internacional da Educação



SEGUNDA TERÇA QUARTA QUINTA SEXTA SÁBADO DOMINGO

						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					



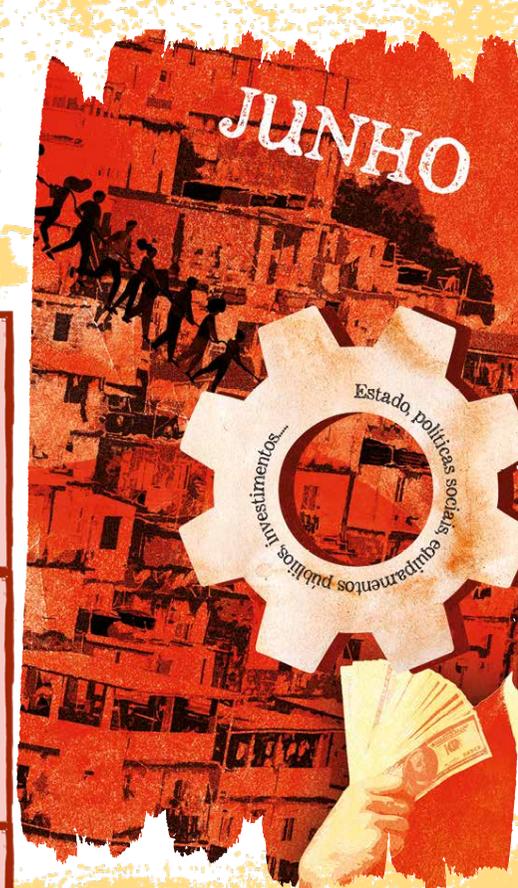
**Lembretes,
TAREFAS e ANOTAÇÕES**

- 1º - Dia Internacional do/a Trabalhador/a
- 2 - Dia Nacional de Combate ao Assédio Moral
- 15 - Dia da/o Assistente Social
- 17 - Dia internacional de Combate à LGBTQIA+fobia
- 18 - Dia internacional da Luta Antimanicomial e Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil
- 25 - Dia da Trabalhadora/Trabalhador Rural
- 28 - Dia Mundial de Luta pela Saúde da Mulher e Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna



SEGUNDA TERÇA QUARTA QUINTA SEXTA SÁBADO DOMINGO

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	28	30			



LEMBRETES, TAREFAS e ANOTAÇÕES

- 5 - Dia Mundial do Meio Ambiente
- 7 - Aniversário da Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão de Assistente Social
- 12 - Dia Mundial de Enfr. ao Trabalho Infantil
- 15 - Dia Mundial de Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa
- 16 - Corpus Christi
- 20 - Dia Mundial das/os Refugiadas/os
- 21 - Dia Internacional da Educação não-sexista
- 26 - Dia Internacional de luta contra a Tortura e Dia Internacional de Luta Contra o Abuso e o Tráfico de Drogas
- 28 - Dia Mundial do Orgulho LGBTQIA+



SEGUNDA TERÇA QUARTA QUINTA SEXTA SÁBADO DOMINGO

				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31



quantas
vidas salvas
por acreditarmos
na ciência?

Lembretes, TAREFAS e ANOTAÇÕES

- 13 - Aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990)
- 25 - Dia Internacional da Mulher Negra latino-americana e Caribenha

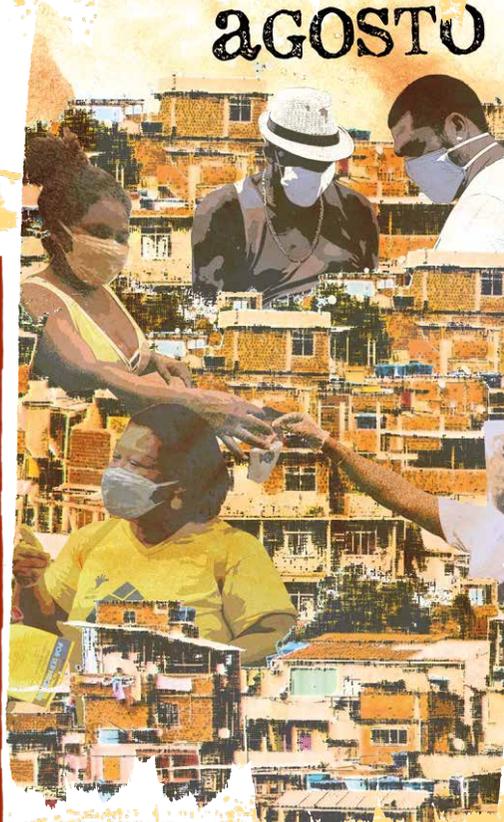


PLANNER 2022
assistente social
 PARA INFLAMAR NOSSA
PRÁXIS DA RESISTÊNCIA

AGOSTO

SEGUNDA TERÇA QUARTA QUINTA SEXTA SÁBADO DOMINGO

1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				



**Lembretes,
TAREFAS e ANOTAÇÕES**

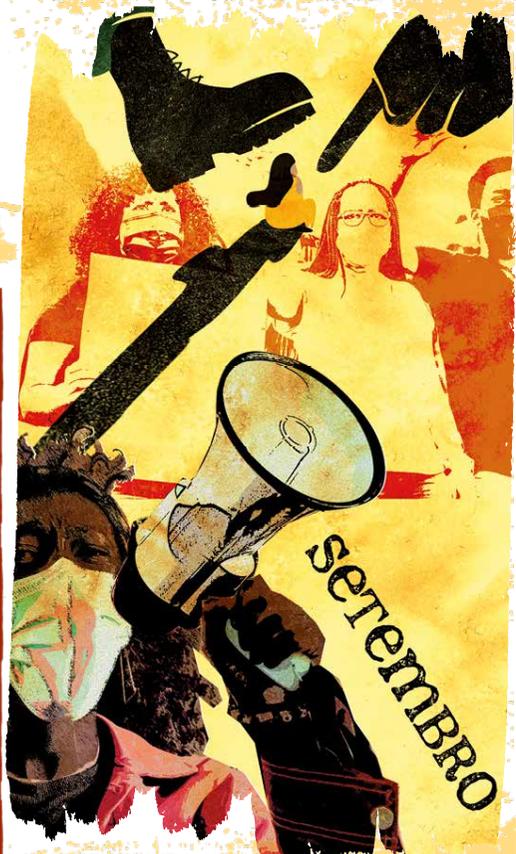
- 7 - Aniversário da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)
- 9 - Dia Internacional de Luta dos Povos Indígenas
- 11 - Dia Nacional do/a Estudante
- 12 - Dia de Luta contra a Violência no Campo
- 19 - Dia de Luta do Movimento Nacional da População em Situação de Rua
- 29 - Dia Nacional da Visibilidade Lésbica



SETEMBRO

SEGUNDA TERÇA QUARTA QUINTA sexta SÁBADO DOMINGO

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	sexta	SÁBADO	DOMINGO
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		



Lembretes, TAREFAS e ANOTAÇÕES

- 7 - Independência do Brasil e Grito dos/as Excluídos/as
- 21 - Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência
- 23 - Dia Internacional das Línguas de Sinais e Dia internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças
- 28 - Dia Latino-Americano e Caribenho pela Descriminalização e Legalização do Aborto

SEGUNDA TERÇA QUARTA QUINTA SEXTA SÁBADO DOMINGO

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						



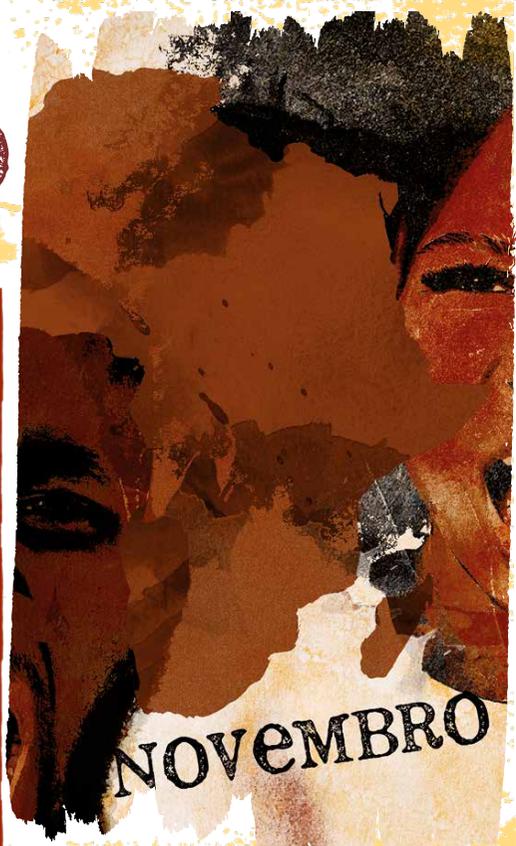
Lembretes, TAREFAS e ANOTAÇÕES

- 1º - Aniversário do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003)
- 5 - Aniversário da Constituição Federal do Brasil (1988)
- 10 - Dia Nacional de Luta Contra a Violência à Mulher e Dia Mundial da Saúde Mental
- 12 - Nossa Senhora Aparecida
- 15 - Dia do/a Professor/a

NOVEMBRO

SEGUNDA TERÇA QUARTA QUINTA SEXTA SÁBADO DOMINGO

	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				



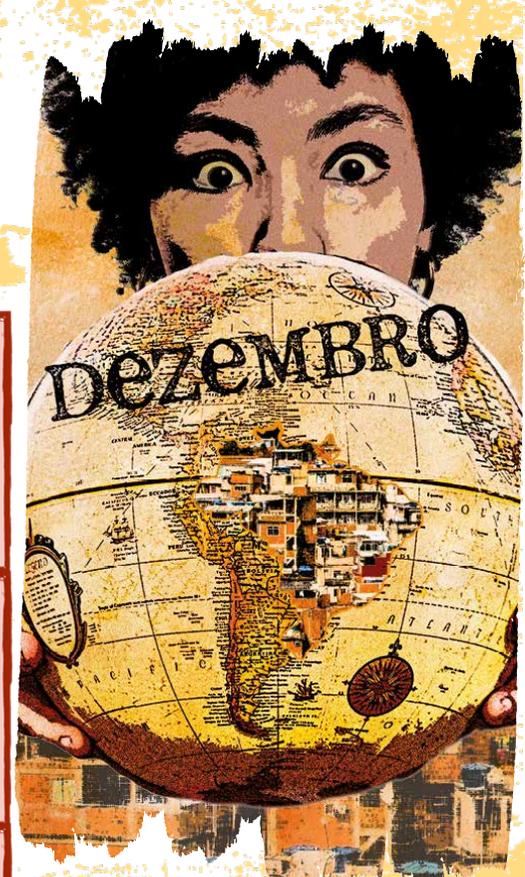
Lembretes, TAREFAS e ANOTAÇÕES

- 2 - Finados
- 15 - Proclamação da República
- 20 - Dia Nacional da Consciência Negra
- 25 - Dia Internacional de luta contra a Violência contra a Mulher

DEZEMBRO

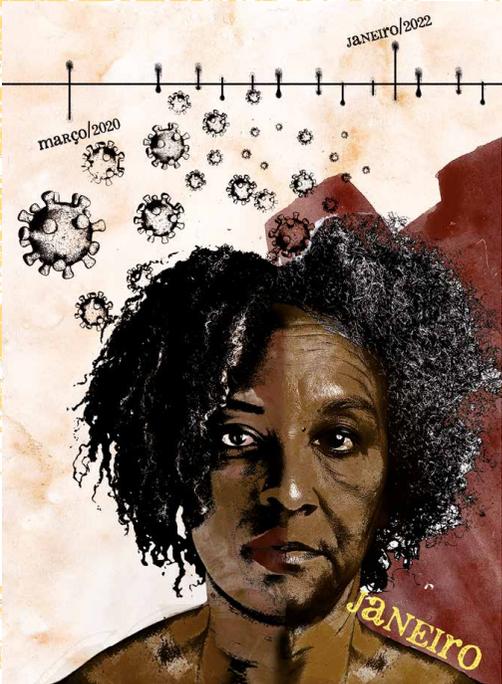
SEGUNDA TERÇA QUARTA QUINTA SEXTA SÁBADO DOMINGO

			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	



Lembretes, TAREFAS e ANOTAÇÕES

- 1º - Dia Mundial de Luta contra a Aids
- 3 - Dia Internacional da Pessoa com Deficiência
- 7 - Aniversário da Lei Orgânica de Assistência Social (Lei 8.742/1993)
- 10 - Dia Internacional dos Direitos Humanos
- 25 - Natal



A NECESSIDADE E A IMPORTÂNCIA DAS LUTAS SOCIAIS

A pandemia escancarou, em nosso país, os traços históricos da desigualdade social, da barbárie, da banalização da morte e da brutal precarização das condições de vida e trabalho. Pertencemos à parte do planeta em que mais se morre por covid-19. Essas mortes têm classe, raça, nomes, sonhos, histórias. São trabalhadoras/es dos mais diversos espaços sócio-ocupacionais – profissionais de saúde, educação, transporte, limpeza, motoboys, camelôs... –, em sua maioria negras e negros, que usam diariamente os transportes lotados, que são privados/as de acesso a serviços

públicos de qualidade, que vivem em moradias precárias, muitas vezes sem saneamento, em periferias e favelas; que essencialmente compõem os 99% que fazem a máquina do capital funcionar.

Na esteira dos vastos impactos da pandemia da covid-19, o agravamento da fome evidencia-se. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia no Brasil, realizado pela Rede Penssan, indica que, nos últimos meses do ano de 2020, 55,2% dos lares brasileiros, o correspondente a 116,8 milhões de pessoas, conviveram com algum grau de insegurança alimentar, e 9% destas vivenciaram insegurança alimentar grave, isto é, passaram fome.

Associa-se a esses índices, o crescimento do desemprego, que atingiu a taxa recorde de 14,7% no 1º trimestre de 2021, 14,8 milhões de pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Não contraditoriamente, no mesmo período em que as mortes por fome, covid-19 e também por bala se alastravam, as fortunas dos bilionários sofreram um exponencial aumento. Segundo o relatório da Oxfam, no Brasil, 42 bilionários aumentaram suas fortunas em US\$ 34 bilhões durante o ano de 2020. A luta de classes agudiza-se e requisita lucidez e capacidade histórica das/os trabalhadoras/es, no enfrentamento à barbárie.

Exercemos, em meio a essa tragédia, nossa capacidade histórica de resistir e forjar esperança e, para tanto, protagonizamos lutas: atos performáticos, atos virtuais, painéis estrondosos, que se processaram como espaços coletivos de luta e formação política. As ruas foram novamente tomadas pela alegria e pela esperança num sábado de maio de 2021. A luta

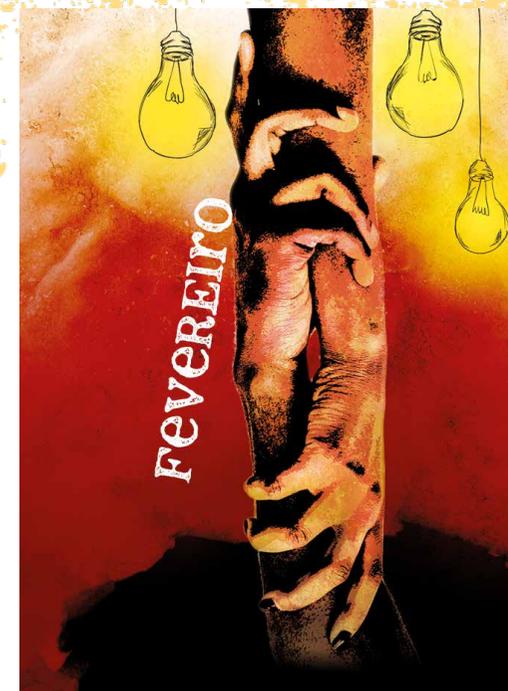
contra o genocídio da população negra; a revolta contra o feminicídio; os protestos contra a privatização das estatais; a indignação do movimento estudantil e docente contra mais cortes no orçamento das universidades públicas; a greve dos/as entregadores/as de aplicativos; a luta por vacina, saúde e dignidade comportaram a diversidade.

Um sentimento forte de unidade por nossas vidas venceu o medo e um só grito ecoou por mais de duzentas cidades brasileiras e em outras tantas mundo afora: Pela deposição do governo da morte! Os ares outonais de maio também adensaram, naqueles que se colocam nas trincheiras da luta anticapitalista, a histórica necessidade de caminhar até as últimas consequências com a luta pelo humanismo absoluto, a humanidade do ser social.

Nesse processo de construção de resistência, o Serviço Social pode contribuir com seu acúmulo teórico e político. A defesa do projeto profissional, seus fundamentos e elaborações teórico-políticas repõem como exigência cotidiana o adensamento das lutas e a crítica radical a todas as formas de exploração e opressão; a afirmação de uma perspectiva teórica e ideopolítica totalizante, que desvele as contradições do real e se confronte com o conservadorismo societário e profissional; a renovada capacidade de fermentar a esperança irredutível.

“Ao morrermos com todos os mortos/ por isso pudemos reviver/empenhado em [nosso] testemunho e em [nossa] esperança irredutível. (Pablo Neruda).”

Um 2022 de boas lutas!



HUMANISMO, ÉTICA E BARBÁRIE

O desenvolvimento da vida da humanidade é marcado pela busca da racionalidade. A construção de conhecimento por meio da ciência concretiza, na caminhada histórica realizada por homens e mulheres, a definição de valores essenciais para a configuração da vida na sociedade.

A organização da vida em sociedade no tempo presente remete-nos à necessidade da afirmação da ciência e da razão como pressupostos do fazer-se humano. E estes pressupostos estão, por sua vez, imbricados com valores centrais: democracia, liberdade, justiça, igualdade. Valores esses que compõem a base

do código de ética da profissão. E são também a base dos direitos humanos. Nestes, como envolve diretamente quem tem acesso a “direitos”, expressa-se a polarização da sociedade, fraturada entre ricos e pobres; trabalhadores/as, segmentos sem proteção e os/as donos/as do dinheiro/poder. Nos enfrentamentos com o reacionarismo atual, está um ponto central, que é a universalidade dos programas e políticas, base de uma sociedade democrática e garantidora de direitos, cuja ação se confronta com esta forma de distribuição de bens e serviços, da riqueza.

Retoma-se a concepção ideológica de que parte da população é, e deve ser, servilizada e escravizada pelos métodos mais modernos, conformando os segmentos dos desprotegidos e dos “sem”. Movimento que ocorre em uma conjuntura de entrega do patrimônio público ao setor privado; flexibilização das leis trabalhistas para reduzir direitos e ampliar lucro; retração de ação protetora e assistencial do Estado; fortalecimento da ação repressora das forças do Estado; genocídio da população negra periférica; crescimento das violências de gênero; preconceito exacerbado; estímulo a matar o diferente; e de fome e miséria se alastrando com desemprego estrutural crescente. Assim, o que se tem é a imperiosidade da incivilidade. A selvageria e brutalidade como forma prioritária de convivência social e o incentivo ao ódio. E, ainda, com toques de militarismo exacerbado; recrudescimento da exploração do trabalho sob diferentes formas; mingua de atenção aos setores pauperizados; destruição da natureza, em muitos casos de modo irreversível; repressão aos/às pobres e lutadores/as sociais; perseguição e assassinato

de pessoas por causa da orientação/ identidade sexual e escolhas religiosas, que não as brancas e hegemônicas; ideologia totalitária e fascista.

Para as/os assistentes sociais, é imperioso decifrar, entre outros, as expressões da questão social que se apresentam como demanda às instituições; os sujeitos demandantes, quem são, como e onde vivem; quais sujeitos coletivos podem ser acionados como condição para elaborar proposta de ação profissional que fortaleça os princípios civilizatórios humanitários. Reafirmar, assim, os valores que embasam o projeto profissional e um porvir societário baseado nos direitos humanos. Sob esta lógica, dar materialidade à ética profissional, como a práxis que se faz na ação crítica concreta, direcionada a um projeto de atuação ancorado na contribuição para a emancipação destes sujeitos demandantes. Isso se potencializa na medida em que, pela educação popular e processos organizativos coletivos, se avança na compreensão, por parte de cada usuária/o, como sujeito da sua história de ruptura com a exploração e opressão, a fim de exercitar efetivamente o caráter humanitário da vida em sociedade.



FOME, PAUPERISMO E DESEMPREGO: FACETAS DA CRISE CAPITALISTA

A experiência humanitária nos últimos dois anos evidenciou a profunda crise, econômica, sociocultural, ideológica e política, desnudando a desigualdade estrutural que fundamenta a sociedade capitalista. Evidenciando a forma material da desigualdade na ponta da vida de cada sujeito da classe trabalhadora, seja no roldão da pandemia alastrando-se por uma política genocida; pela ausência de vacina; pelo crescimento do desemprego e a ampliação da precariedade; ou, ainda,

pela ampliação da condição de fome absoluta e relativa. Ainda no início de 2021 o país chegou a 14,4 milhões de desempregados; 6 milhões desistiram de procurar emprego; 39,6% da população ocupada estavam na informalidade, segundo os dados do IBGE que revelam a ampliação da desigualdade. Condições materiais que de forma grandiosa, cruel e aviltante impactam a existência humana.

Diante da pandemia do coronavírus, são profundas as mudanças no trabalho que conformam a tendência à maior exploração e opressão. Neste momento, com ampliação do desemprego estrutural e da utilização da força de trabalho, mas de modo aviltante e precarizado, sem garantias e direitos. Assim a classe sofre as consequências mais nefastas da privatização do patrimônio público, da apropriação privada do fundo público, da flexibilização das relações de trabalho com extinção de direitos e postos de trabalho, e do recrudescimento das ideologias reacionárias e fascistas, impregnado, também, da ideologia do autonomismo e empreendedorismo. Tudo somado à destruição das políticas sociais públicas que cumprem o papel de mediar o acesso a direitos fundamentais para a maioria da população.

A polarização e o fosso entre os ricos e pobres cresce, cada vez mais gente está sem meios para sobreviver, ao mesmo tempo em que se produz mais grãos, mais avanços tecnológicos, na área da medicina e em descobertas científicas. Esses lados, aparentemente opostos, crescem na mesma proporção e desvelam a essência desigual do desenvolvimento capitalista que combina riqueza x pobreza, desenvolvimento x precarização, moderno x arcaico. Ampliam-se os

segmentos desprotegidos revelando seu caráter de classe e reforçando que a fome no Brasil é um projeto político com cor, gênero, territorialidade e, também, geracional.

Segundo a pesquisa “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil”, a fome está em 15% dos domicílios brasileiros e em 59% deles há insegurança alimentar. A insegurança alimentar é ainda maior nas áreas rurais, nos lares onde as mulheres são as responsáveis (51%), e as famílias são negras (pretas e “pardas”). No Nordeste se concentram os maiores níveis de insegurança alimentar, assim como nos lares LGBTQIA+. Apesar das muitas ações de resistência e embate mundo afora, estas têm se mostrado insuficientes para conter a situação presente, revelando a fase defensiva da luta de classes.

Para a categoria cuja atuação profissional está diretamente vinculada às demandas dos sujeitos que experimentam essa crise pela condição de classe, resta atuar retomando princípios que ordenam a profissão, como a justiça social e a defesa do Estado como provedor e mediador da distribuição da riqueza socialmente produzida sob a forma de políticas e serviços, mas, principalmente, retomar a ação coletiva e formativa no trabalho profissional. Desenvolvendo projetos que contribuam para a ação destes sujeitos como demandantes de direitos e capazes de reverter sua condição com luta coletiva.



SERVIÇO SOCIAL E A REFORMA ADMINISTRATIVA (PEC 32/2020)

Em 3 de setembro de 2020, o presidente da República, Jair Bolsonaro, enviou ao Congresso Nacional uma proposta de Reforma Administrativa (PEC 32/2020) que prevê uma verdadeira desestruturação do sistema público de garantia de direitos. Essa contrarreforma, agora gerida pela extrema direita na condução do projeto do capital para o Estado, retira direitos do conjunto da classe trabalhadora, incidindo diretamente no Serviço Social.

A contrarreforma, pautada nos preceitos da reorganização do Estado para atender às necessidades do capitalismo em crise, ataca frontalmente os direitos

conquistados na Constituição Federal de 1988 (CF/88), que buscou, pela pressão da organização coletiva, superar a lógica de políticas de governo, negando a lógica do apadrinhamento e do favor, historicamente arraigados na estrutura social brasileira.

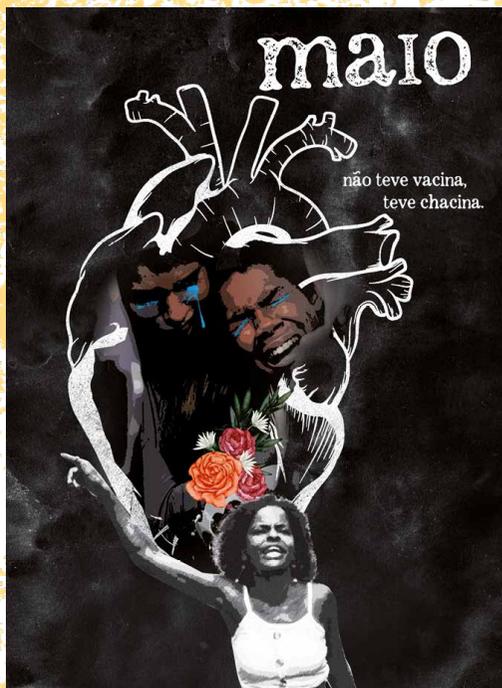
Desde o início deste governo, os/as servidores/as públicos/as e a educação pública estavam anunciados como “alvos” de seus ataques. Uma escolha coerente com seu projeto de governo, alimentada pela perspectiva anticência, fundamentalista, militarizada e de mentiras (fake news). Contudo, a contrarreforma é uma antiga diretriz do projeto neoliberal, cujas recomendações já estavam expressas no Consenso do Washington de 1989 e foram seguidas, em maior ou menor escala, por todos os governos brasileiros.

Com o apoio da grande mídia, foi pouco a pouco sendo construída no imaginário social a ideia de que as políticas públicas não funcionam e que isso acontece, porque os/as servidores/as são “preguiçosos/as”, “privilegiados/as” e têm estabilidade. Assim, aliado ao agravamento da crise econômica, gerado pela própria lógica do capital de apropriação privada da riqueza socialmente produzida, que gera desigualdades e impacta em transformações no mundo do trabalho, com precarização, terceirização, subemprego, superexploração, baixos salários e desemprego, cria-se o caldo cultural para convencer, em especial os/as que mais precisam, que os serviços públicos devem ser reformulados.

Os impactos para o Serviço Social e para as/os assistentes sociais são inúmeros, vejamos alguns:

- A Reforma vai reestruturar a administração pública e, portanto, os serviços públicos, o que inclui a carreira os/as servidores/as públicos/as, acabando com a estabilidade;
- Equipara a lógica de gerenciamento do setor público ao privado;
- Com a possibilidade de contratação de militares da ativa para as áreas da saúde e educação, corremos um risco de aprofundamento do processo de militarização do Estado, que já vivemos hoje, com a imposição de sua lógica hierárquica e autoritária;
- Uma nova etapa será incluída nos concursos públicos, denominada “vínculo de experiência”, com duração de 1 ou 2 anos em exercício profissional e sem a garantia de efetivação ao final;
- Ampliação, de forma irrestrita, da terceirização dos serviços públicos, articulada à estratégia da privatização;
- Funções de direção, nos órgãos e equipamentos públicos, poderão ser exercidas por pessoas contratadas, ou seja, o fortalecimento da lógica clientelista e do primeiro-damismo;
- O fim do concurso público, na forma como temos hoje, acaba com a possibilidade de isonomia entre os/as candidatos/as. Em um país marcado pelo racismo e machismo estrutural, o fim da isonomia incidirá de forma drástica em mulheres, negros e negras e LGBTQIA+.

Resistir e lutar contra a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) é tarefa de todos/as os/as assistentes sociais.



JACAREZINHO: UM ANO DA CHACINA

Era quase meio-dia do sexto dia de maio de 2021, estávamos profundamente enlutados/os com as mais de 400 mil mortes por covid-19, ocorridas em razão da política consciente e deliberada do governo federal e suas adesões em governos estaduais e municipais, quando ouvimos a notícia do telejornal: “operação policial deixa 25 mortos”.

A chacina realizada na favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, segundo o Grupo de Estudos dos Novos Illegalismos da Universidade Federal Fluminense (UFF), foi a operação policial mais letal da história do Rio de Janeiro. Moradores/

as relataram que durante a operação houve invasão de casas, execução de pessoas dormindo e celulares confiscados. No dia seguinte, viam-se casas cravejadas de balas, sangue no chão e familiares, muitas mulheres, quase todas negras, desesperadas no Instituto Médico Legal (IML), em busca da liberação dos corpos.

O morticínio foi justificado no discurso da mídia empresarial e nas redes sociais, construídas subterraneamente pela extrema direita, com o argumento de que se tratava de “traficantes”. “São bandidos”, bradava a mídia. “É tudo bandido”, reafirmou o vice-presidente da República! Narradas como se fossem algo inevitável, para que fossem aceitas como legítimas, essas mortes não foram sequer noticiadas com o uso do subterfúgio de que se tratou de uma execução em legítima defesa. Ao contrário, esse massacre visou a escancarar que, na visão das frações dominantes da burguesia e de seus/suas representantes no Estado, os corpos que tombaram e seus familiares não mereciam empatia. Nota-se que, do total de assassinados/as, 29 pessoas oficialmente, 24 foram retiradas sem perícia do local.

O Brasil foi o último país do ocidente a abolir a escravidão. Porém somente na década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), quase cem anos depois, reconheceu-se, no discurso oficial, que o Brasil era um país racista. Em direção contrária, a política bolsonarista reforça o racismo estrutural existente na sociedade brasileira, por meio de declarações e práticas que estimulam a política de extermínio. Como quando o presidente afirmou: “o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas”, e completou: “não fazem nada, eu acho que nem pra procriar servem

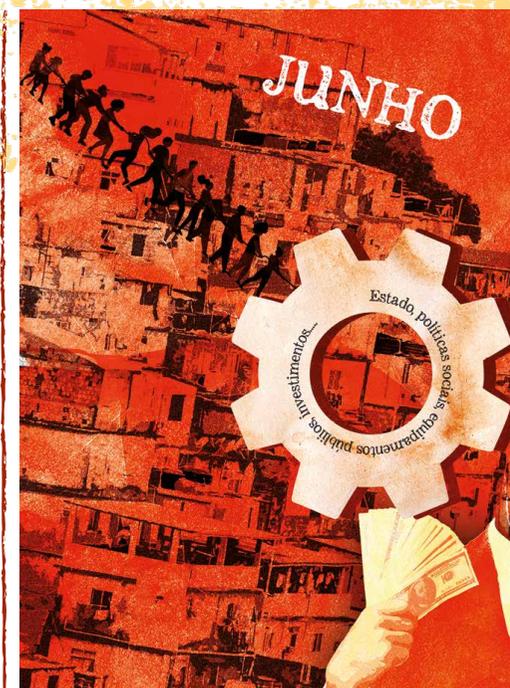
mais”. Seguindo essa linha, governadores estaduais, eleitos no RJ e em SP, apoiadores de Bolsonaro, declararam que as forças de segurança no estado terão licença para matar.

As forças de segurança do país matam, porque é negro/a e matam, porque é negro/a e pobre! Atuam sob a lógica de ‘combate ao inimigo’ e apoiam-se na omissão do Judiciário diante da implementação dessa política, o que acarreta ainda mais impunidade e violências.

Parte da população brasileira tem sido induzida pelos meios de comunicação a vulgarizar o extermínio de pobres e negros/as e a concordar com a intervenção repressiva do Estado em nome da segurança. A disseminação do medo e da lógica de desumanização por meio da mídia colabora para a aceitação, pela sociedade, das políticas cada vez mais coercitivas, repressivas e violentas.

Liderados pelos movimentos de mães de vítimas do Estado, ativistas de diversos movimentos sociais realizaram protesto e bradaram em uma só voz: NÃO FOI OPERAÇÃO, FOI CHACINA! O que devemos continuar a bradar enquanto tivermos um Estado genocida.

Avançar em deslindar a intrínseca relação entre questão racial e questão social, à luz da teoria marxista, para contribuir na ação profissional de denúncia dessa dura realidade enfrentada por moradores/as de favelas e periferias do nosso país, é tarefa inadiável!



SERVIÇO SOCIAL E REFUNCIONALIZAÇÃO DO ESTADO

Nascido das agruras de um Estado em transformação, o Serviço Social tem sua gênese marcada pelas requisições do populismo Vargasista e da Igreja Católica, ambos em sintonia com as demandas do desenvolvimento capitalista no Brasil. Passado pelo movimento de reconceituação e de renovação da profissão, sendo marcado pelo Congresso da Virada em 1979 e pela aproximação com o campo teórico do materialismo histórico e dialético, a profissão passa a ser impulsionada a partir de uma outra perspectiva de sociabilidade.



Com as marcas de uma profissão que se faz a partir do chão da história, portanto das relações sociais concretas e contraditórias entre as classes, é necessário pensar os rumos da profissão. Isso passa por compreender a realidade social, a conjuntura, a fase atual do capitalismo e por revisitar suas prioridades nos últimos 30 anos, em especial diante do intensificado processo de refuncionalização do Estado capitalista brasileiro.

Uma organização do Estado que, considerando as particularidades da formação social brasileira, traz, mesmo nos avanços frutos das lutas sociais e da mobilização coletiva, limites a uma garantia de direitos dentro da ordem – parcial, seletiva, racializada, hierarquizada, meritocrática, mercantilizada, criminalizada e subalternizada – que acabam por confirmar e evidenciar o ‘lugar’ das classes na sociedade capitalista.

Assim, pensar o Serviço Social hoje, seus desafios e perspectivas, passa necessariamente por compreender o profundo processo de refuncionalização do Estado brasileiro, seguindo as diretrizes do desenvolvimento capitalista mundial, que impõe/possibilita: i) regressões de direitos, ii) reedição de antigas formas de exploração da força de trabalho, iii) imposição de novas formas de extração de mais-valia (diante da reconfiguração do mundo do trabalho), iv) destruição da cultura/perspectiva dos direitos sociais, que fragilmente foi construída em países de capitalismo dependente, v) resgate do conservadorismo e, em alguns lugares como o Brasil, do fundamentalismo religioso, e vi) militarização e fascistização da vida social.

Nos ainda maiores limites da configuração que o Estado vem assumindo, é necessário pensar o lugar do Serviço Social. Considerando o processo de desinvestimento do Estado em políticas públicas e sociais e de mercantilização dos direitos sociais, a maior parte das políticas públicas e sociais em que as/os assistentes sociais trabalham estão sob ameaça.

Os rebatimentos desse processo são perceptíveis no Sistema Único de Assistência Social (Suas), no Sistema Único de Saúde (SUS), na política de reforma urbana, na política de direitos das crianças, adolescentes, idosas/os, pessoas com deficiência, na política de saúde mental (sofrendo o mais grave ataque desde a Reforma Psiquiátrica), a política de educação pública (da básica à educação superior), entre tantas outras áreas.

Considerando nossa relativa autonomia profissional e nosso compromisso ético-político, faz-se urgente estabelecer estratégias que passam pela organização da categoria profissional como parte do conjunto da classe trabalhadora e pela incidência na organização autônoma dos trabalhadores e trabalhadoras (usuários/as dos serviços nos quais a categoria media direitos), visando à construção de um projeto societário fora dos limites da ordem. Ou damos mais uma guinada nos rumos da profissão ou corremos o risco de sermos reduzidos a um trabalho técnico, ainda mais mal remunerado e mais desvalorizado pelo capital.



FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DEFESA DA CIÊNCIA

Viver exige conhecer e a humanidade dedicou-se, por séculos, a um processo cumulativo e crescente, observando e desvendando fenômenos e fatos a que estava submetida. Assim, desenvolveu métodos e teorias que procuram explicar os fenômenos sociais, apropriando-se do que havia acumulado e buscando ir além. Isso é a ciência. Parte constitutiva da vida humana, porque somos seres pensantes. A ciência se desenvolve por meio de pesquisas, dedicação ao processo de conhecer e desenvolver conhecimento a serviço de compreender dilemas, criar, solucionar problemas em diversas esferas da vida.

A produção do conhecimento está diretamente vinculada às necessidades humanas, ao desenvolvimento das condições de produção e reprodução da vida em sociedade; nela apoiam-se os avanços da relação com a natureza e sua transformação para usufruto pelos indivíduos em sociedade. Porém a marca na sociedade capitalista é que a produção do conhecimento não está a serviço de todas as pessoas. Por isso, as lutas travadas em prol do caráter público das políticas sociais e de um projeto de Estado, envolvendo diretamente as instituições educacionais e de fomento à pesquisa, são essenciais.

Considerando que a ciência está estreitamente ligada à soberania nacional, a capacidade do país de produzir soluções para os seus problemas e também para alguns que afligem outras nações, a troca de conhecimento com outros espaços de pesquisa e a interação cultural e científica são peças-chaves para desenvolver as relações e a capacidade de responder aos problemas da humanidade pela ação intelectual humana.

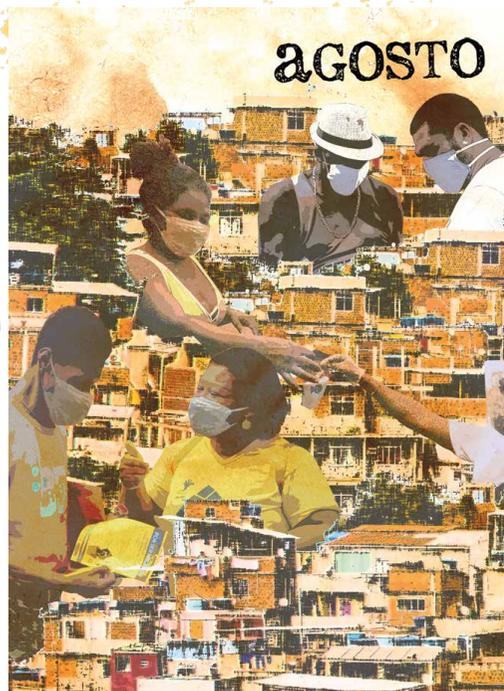
Assim, como o conjunto das relações sociais, a divisão social em classes marca também o lugar da ciência na vida da população e a serviço de qual interesse ela está. No caso brasileiro, está voltada para fortalecer a produção científica internacional e nossa submissão a esta. Condição só alterada pelas lutas coletivas, com as quais conquistamos políticas públicas como o SUS, que, em especial neste momento de pandemia da covid-19, demonstrou sua grandiosidade e importância na vida dos sujeitos, em especial dos mais pobres.

No tempo presente, lidamos com a negação da ciência como componente

indelével da vida em sociedade defendida pelo projeto da extrema direita. Há uma ignorância construída como processo cultural, via notícias falsas disseminadas de modo difuso em diversas mídias sociais. A disputa ideológica está inscrita nas mais diferentes frentes da vida e também na atuação profissional. Dai compreendermos que a disputa teórica no âmbito da formação profissional é parte dessa luta mais geral, porque se conecta com o projeto de defesa dos interesses da classe trabalhadora, um dos compromissos ético-profissionais.

Manter a leitura crítica do contexto atual, a ampliação do debate, o conhecimento da realidade a que estamos submetidos/as nas instituições de ensino e do fazer profissional são exigências para seguirmos caminhando e conseguirmos atuar, respondendo às demandas das/os usuárias/os dos serviços e mantendo a junção com os lutadores e lutadoras pela democracia e pela educação e políticas públicas.

Manter a interação com a luta mais geral na sociedade, por pautas comuns em defesa dos direitos, e reverberar isso em cada local de trabalho é importante para fortalecer o nosso projeto profissional e formativo na conjuntura e para retomar o trabalho profissional vinculado a processos organizativos dos sujeitos em seus territórios de vida.



EDUCAÇÃO POPULAR E AÇÃO PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

Com o avanço do projeto conservador - com aspectos neofascistas - e de ascensão da extrema direita no Brasil e em partes do mundo, o Serviço Social é instado a pensar sua formação e prática profissional. Ousamos analisar que é necessária uma avaliação da atuação profissional e das opções políticas, dos últimos 38 anos. Desde o período da redemocratização, passando pelo intenso processo de renovação do Serviço Social, trilhamos, enquanto profissão, um caminho pautado pelo instituído e pelo institucional.

A luta em defesa de conquistas, com a Constituição Federal de 1988, de

políticas públicas universais, pela sua regulamentação, implementação e desenvolvimento foram o mote central da formação e da ação profissional. Neste caminho, por vezes impulsionados pela demanda imediata dos segmentos da classe trabalhadora, colocamo-nos distantes dos movimentos e organizações autônomas da classe trabalhadora. Também nos distanciamos de reflexões e dos desafios colocados por uma ação profissional pautada na educação popular e mediada, em todos os espaços sócio-ocupacionais, pela ação pedagógica derivada de uma direção social da profissão comprometida com uma perspectiva emancipatória.

Nesse percurso, de muitos acertos e também equivocados, eivado de contradições, apostamos na constituição de um Estado de Direito, incompatível com a ordem do capital. O que se evidenciou, diante da crise orgânica do capital e de sua absoluta impossibilidade de atender às necessidades mais básicas dos segmentos pauperizados da classe trabalhadora.

Esse processo, evidenciado de forma violenta e letal na pandemia do novo coronavírus, recoloca-nos a questão sobre o direcionamento político de nossa ação profissional enquanto categoria, pautada pelo projeto ético-político. É nesse contexto que se faz necessário recuperar a perspectiva da educação popular, como mediadora da ação profissional, compreendendo nosso compromisso com o processo de formação da consciência da classe trabalhadora e também enquanto parte constitutiva da classe trabalhadora.

Assim, considerando a Educação Popular, nos termos de Silveira (2005, p.1221)¹,

1. Como um investimento político que

constrói um lugar voltado para o processo de conhecimento da realidade.

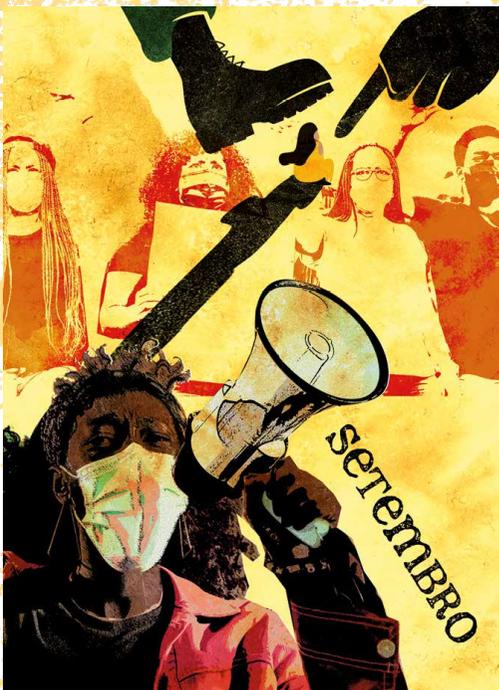
2. Como espaço que vai possibilitar o trânsito do senso comum ao bom senso. Lugar de apropriação individual e coletiva, no qual está presente uma dimensão ideológica fundamental: a de compreender a base de estruturação da vida social sob o capitalismo e da conformação possível de alternativas de organização da vida social, sob outras bases.

3. Como espaço das classes trabalhadoras a conformar outro NÓS, antagônico ao hegemônico, este último constituído sob a égide do individualismo, da ausência de solidariedade etc. Portanto, espaço no qual possam ser experimentados novos valores, novos pensares, numa dimensão de práxis na qual ativamente se busca a elaboração da realidade a partir de uma perspectiva humano-social.

4. Finalmente, um espaço no qual os sujeitos possam exercer o singular exercício de suas próprias sínteses, redefinindo e recriando referências de vida, sentidos novos à sua existência individual e coletiva.

Parece-nos tarefa central, compreendendo a ação pedagógica da profissão, inscrita no campo da construção da contra-hegemonia à ordem, que a profissão contribua para o germinar de uma nova sociabilidade a partir da construção de uma nova cultura.

1 - SILVEIRA, Maria Lidia Souza da. Educação popular: novas traduções para um outro tempo histórico. In: Seminário de Educação Popular Rio de Janeiro: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFRJ. CD-ROM, 2005.



PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: EM DEFESA DA VIDA!

No momento em que o mundo é assolado pela maior pandemia da história moderna, que levou à morte mais de 530 mil pessoas só no Brasil, o maior apelo parece ser o apelo à vida. Mas qual vida somos instadas/os a defender? Todas as vidas tem o mesmo valor sob a lógica do capitalismo?

Parece, segundo a realidade afronta-nos em demonstrar, que algumas vidas têm mais valor que outras. Algumas

vidas são defendidas, enquanto outras são escolhidas para ser exterminadas. No contexto da pandemia, mais que em outros momentos, evidenciaram-se as vidas descartáveis para o capital: mulheres, negros e negras, indígenas, imigrantes, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, quilombolas, pobres. Ou aqueles e aquelas que, implicados por sua condição individual, objetiva e subjetiva, se organizam contra a ordem, como as/os ativistas de direitos humanos, militantes de movimentos sociais, sindicais e do movimento estudantil e popular.

A quem devemos nos juntar nos marcos do projeto do capital do século XXI? O projeto ético-político do Serviço Social, fundamentado em uma direção social e política pautada pela perspectiva da emancipação humana, implica ou deveria implicar, em um fazer profissional mediado pela perspectiva organizativa. Não uma organização individual, messiânica, voluntarista ou que se pautar na concepção de empoderamento, restrito ao âmbito do indivíduo. Mas uma perspectiva organizativa coletiva que, valorizando e cuidando dos indivíduos, busca a constituição dos mesmos como sujeitos sociais e coletivos.

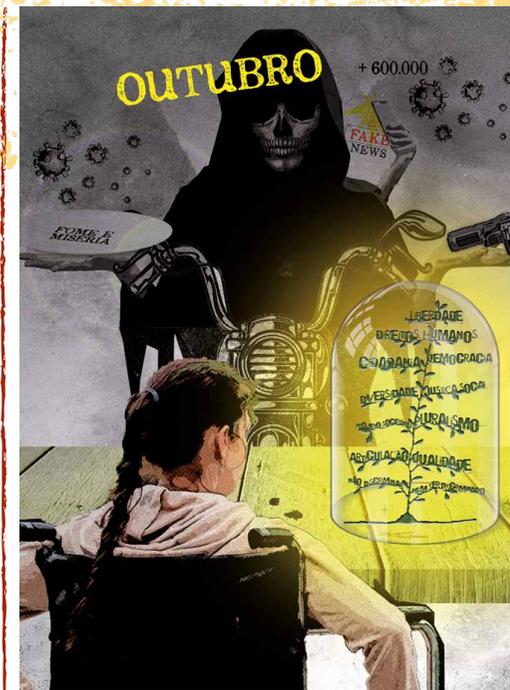
Essa perspectiva passa necessariamente pela mediação de instrumentos capazes de colocar a categoria em diálogo – emancipador e não adaptador –, com os diferentes segmentos da classe trabalhadora, em todos os espaços sócio-ocupacionais, e tendo como referência os caminhos políticos e metodológicos da educação popular. Assim, é possível imbricar de forma efetiva a educação popular, a organização coletiva – sendo as/os assistentes sociais membros efetivos da classe trabalhadora e, com potencial de intelectuais orgânicos/as,

contribuir para a organização coletiva – e a mobilização. Essa imbricação exige uma articulação real – política e social – com os movimentos sociais de perspectiva classista e anticapitalista.

Assim, compreendemos que a vinculação entre projeto ético-político e movimentos sociais autônomos, classistas e anticapitalistas pode se dar em duas dimensões. Seja a das/os assistentes sociais como ativistas e integrantes de um movimento e/ou a das/os assistentes sociais em sua função pedagógica, vinculando-se “à capacitação, mobilização e participação populares (...), mediante, processo de reflexão, identificação de necessidades, formulação de demandas, controle das ações do Estado de forma qualificada, organizada e crítica.” (ABREU¹, 2002, p.216)

Assim, defender a vida, hoje mais do que em qualquer outro tempo, significa tomar posição, ser político, no sentido gramsciano. E, para tal, é necessária a organização coletiva que tenha como horizonte a superação da ordem do capital. Para a classe trabalhadora, em antagonismo aos limites impostos pela sociabilidade capitalista, nada menos que a vida plena e em abundância!

1 - ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Editora Cortez, 2002.



SERVIÇO SOCIAL E A EXTREMA DIREITA: O QUE TENHO A VER COM ISSO?

A primeira questão é reconhecer que essa, possivelmente, é a pior quadra histórica de nossa república, apesar de nossa curta trajetória republicana ser marcada por duas ditaduras, a de Getúlio Vargas (1937-1945) e a burgo-militar (1964-1985), ambas eivadas de violência, autoritarismo e silenciamentos. Certamente em graus diferentes, já que a segunda, imposta pelo golpe empresarial-militar, sem mediações populistas de relevo, foi mais cruel, violenta e repressiva do que a era Vargas. Porém,

vale destacar, que mais ou menos violenta e autoritária é uma gradação que não cabe a um regime republicano e democrático.

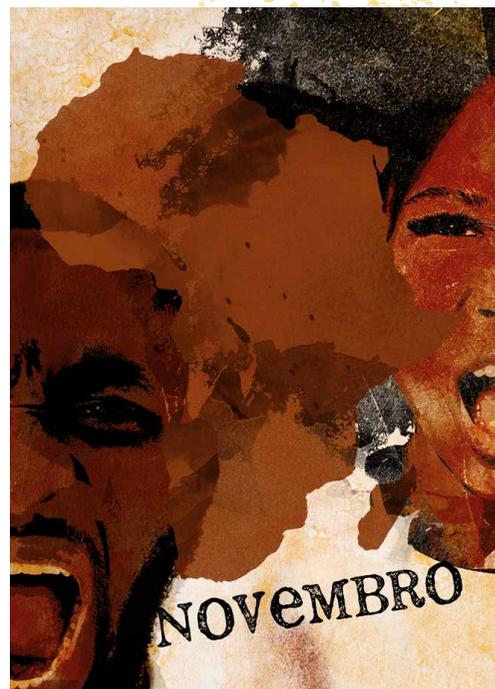
Por isso, ao identificarmos um conjunto de traços autoritários no governo de Jair Bolsonaro, faz-se necessário buscar mediações com experiências brasileiras autoritárias progressistas e, também como vêm apontando alguns estudiosos e estudiosas, com regimes ainda mais autoritários, como o fascismo.

Do regime autocrático-burguês, é possível identificar no governo Bolsonaro: a busca por uma legislatura autocrática, sem diálogos ou mediações com entidades classistas, organizações políticas da classe trabalhadora e partidos de oposição; a primazia dos interesses do setor privado sobre o público; a forma autoritária de tratar as diferenças, na busca incessante pelo silenciamento; a força armada como estratégia de contenção social (na prática ou pela ameaça); a militarização do Estado, entre outros. Vale destacar que, em alguns aspectos, há uma releitura de ações já utilizadas pela ditadura, como: o uso de fake news (as mentiras, que não tinham esse nome, foram utilizadas como justificativa para o golpe militar, a dita 'ameaça do comunismo'); a força militarizada que, à época da ditadura, era oficial, fardada e no máximo com agentes em trajes civis, hoje ganha reforço com a criação e a ação de forças milicianas; e a presença da religião na política, que, à época, era hegemônica pelas forças progressistas da Igreja Católica, que se opuseram ao regime autoritário, mas hoje são hegemônicas pelas forças conservadoras neopentecostais, que apoiam o autoritarismo do atual governo.

Há também similitudes com as ações de governos fascistas do mundo. Michael Löwy (2020)¹ analisa que “o neofascismo não é a repetição do fascismo dos anos 1930: é um fenômeno novo, com características do século XXI”. Considera, assim, que o governo Bolsonaro traz traços neofascistas e indica, entre suas características: i) a desestruturação das políticas públicas, entre elas o Sistema Único de Saúde; ii) o negacionismo da pandemia e da ciência; iii) a subordinação ao imperialismo norte-americano; iv) autoritarismo e v) o “ódio à esquerda e ao movimento operário” (Löwy, 2020).

Assim, conjugando elementos fascistas e neofascistas, o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro passou a imprimir um ritmo de contrarreformas que impacta a vida do conjunto da classe trabalhadora, impondo traços de uma sociabilidade ainda mais autoritária, violenta e regressiva. Os impactos desse projeto capitalista são avassaladores para uma profissão que tem como eixo central a mediação de garantia de direitos aos trabalhadores e trabalhadoras mais pauperizados/as. Reagir a esse projeto é uma questão de sobrevivência para a profissão.

1- LÖWY, Michael. O neofascista Bolsonaro diante da pandemia. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/28/michael-lowy-o-neofascista-bolsonaro-diante-da-pandemia/>. Acesso: 14 de junho de 2021.



SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE ÉTNICO-RACIAL

A inserção da temática étnico-racial no debate da profissão ocorre ao final dos anos 1980, a partir do impulso das lutas do movimento negro e da intervenção política e teórica de professores/as de Serviço Social e de assistentes sociais, vinculados/as ao Movimento Negro. Era fundamental que o debate da questão social no Brasil ocorresse também na perspectiva da questão racial.

Ao longo de quase três décadas, a temática foi ganhando corpo na profissão, e se espalhou mais recentemente para o interior da categoria com a campanha

Assistentes Sociais no Combate ao Racismo (2017-2020).

Aqui trazemos trechos de entrevistas com três assistentes sociais negras que, ao longo de suas vidas, estiveram ligadas à temática: a professora Magali Almeida e as assistentes sociais e conselheiras do CFESS Dácia Teles e Mauricleia Soares. O texto completo está disponível no site do CFESS, por meio do QR code.

MAGALI ALMEIDA - O debate sobre as desigualdades sociais, econômicas e políticas no Brasil tem sido realizado sem considerar as assimetrias raciais e de gênero contidas internamente em nossa sociedade. Há uma ausência, um silenciamento naturalizado pela convicção de que no Brasil há racismo, mas não há racistas operando a violência discriminatória. O mito da democracia racial é acionado como justificativa. [...]

A análise da questão social não pode ocorrer apartada da questão racial e do racismo como ideologia de dominação. A raça (como construção social do fenótipo) não é apenas um resquício da escravidão, mas um elemento fundamental da exploração de classe, da reprodução da desigualdade social e da divisão sexual e internacional do trabalho e sua refuncionalização opera na história. [...]

DÁCIA TELES / MAURICLEIA SOARES - O Brasil que existe hoje foi construído pelo suor, sangue e lágrimas de mais de 4 milhões de negros e negras escravizadas e sua descendência. No Brasil, o racismo é institucionalizado pelo Estado, pelos governos e pela burguesia brasileira, que tentam suavizar a realidade a partir da falácia da democracia racial e do embranquecimento da população brasileira. [...]

O racismo está na base da formação do capitalismo brasileiro e os/as negros/as representam o setor mais explorado, sem contar seu peso numérico. Assim, é necessário entender que o racismo no Brasil serviu para violar os direitos da classe trabalhadora, e que o combate a essas violações requer o fim da propriedade privada, ou seja, uma luta que articule necessariamente as dimensões de raça e classe contra o capital.

MAGALI ALMEIDA - Temos um grande desafio no enfrentamento do racismo hoje, não apenas de ordem política, no que se refere à nossa organização enquanto classe que vive do trabalho, mas também teórico. Precisamos nos debruçar nos estudos sobre as vivas raízes eugênicas prevalentes na atualidade. O tema só recentemente chamou a atenção do debate teórico do Serviço Social brasileiro, apesar de sua constituição na fundação da profissão. [...] O Serviço Social precisa enfrentar a formação antirracista na perspectiva de totalidade social e feminista, na formação e no exercício profissional, sob pena de esse debate ser conduzido em uma perspectiva conservadora. Acredito que o grande desafio é o enfrentamento do mito da democracia racial e seu lugar de funcionalidade na reordenação da crise contemporânea do capital.

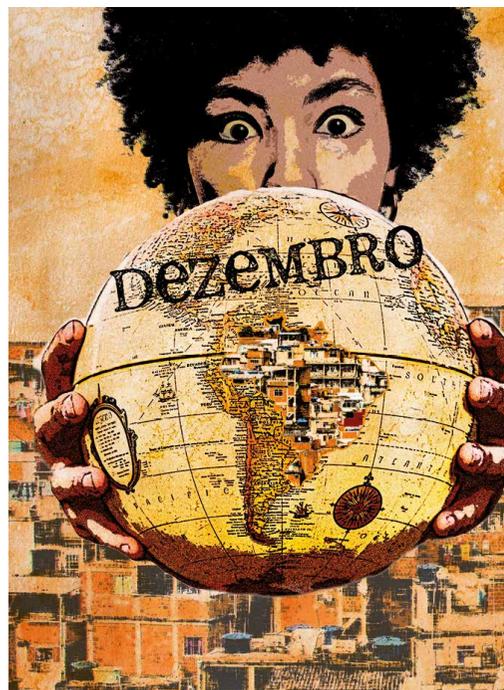
DÁCIA TELES / MAURICLEIA SOARES - A desigualdade social que atinge a classe trabalhadora, formada pela maioria de homens negros e mulheres negras, gerada pela má distribuição da renda, pela segregação e marginalização, é historicamente construída na sociedade. [...]

Nas nossas intervenções como assistentes sociais, para formular diretrizes, programas, projetos e ações,

é necessário considerar a dimensão racial das demandas associadas aos serviços que, sabemos, muitas vezes sequer são percebidas pelos/as usuários/as, em função da ideologia da “democracia racial brasileira”, implementada pela burguesia.



Escaneie o QR code e confira a entrevista completa sobre o tema!



SERVIÇO SOCIAL E MORADIA

Desde a emergência do trabalhador e da trabalhadora livre no Brasil, quando as cidades tendem a ganhar nova dimensão, tem início a questão da habitação. Ela é

um componente das relações sociais estabelecidas pela ordem capitalista, expressão de processos socioculturais e políticos de uma civilização moderna, que se nutre do atraso e do pauperismo. Nesse sentido, a compreensão da questão habitacional requer concebê-la como uma síntese de múltiplas determinações, uma vez que revela, em sua especificidade, a atualização da histórica relação entre acumulação e miséria na sociedade capitalista e sua realização na particularidade de uma sociedade periférica e de industrialização tardia.

Embora a moradia seja uma necessidade de todas/os, a desigualdade no acesso e na qualidade habitacional nas cidades brasileiras, que inclui a localização usufruída pelos diferentes segmentos e frações de classe, é expressão dos conflitos sociais resultantes da estruturação do urbano consoante à lógica da acumulação capitalista. A questão habitacional é integrante da chamada questão social, porém possui caracteres particulares, uma vez que sua existência e agudização fazem transparecer a unidade, tensa e contraditória, entre os interesses dos/as proprietários/as do solo, dos/as empresários/as capitalistas de diversos setores e ramos da produção, dos/as representantes de segmentos da classe dominante no Estado e da classe trabalhadora.

Certamente, a face mais visível da radicalização da questão social no urbano é a existência, em contraponto aos aglomerados de exclusão (favelas, cortiços e loteamentos não formais), de enclaves fortificados e autosssegados, formados pelos condomínios de classe média alta. Vale ressaltar, que nos dois habitats, nos aglomerados periféricos e nos enclaves, ocorre a partilha de valores e modos de vida, que interagem, ainda

que parcialmente, na configuração da totalidade urbana. Também se aglomeram, cada vez em maior número, nas ruas da cidade, aqueles/as que não moram, vivem sem teto, embaixo dos viadutos e nos bancos das praças, imersos/as na voragem da fome, da sujeira e das doenças.

Importante reconhecer que o direito a morar não se restringe apenas à casa. Morar tem relação com acesso a bens e serviços, políticas públicas, lazer, transporte e emprego, entre outros aspectos.

Expulsos das áreas valorizadas das cidades brasileiras, a população pobre, em sua grande maioria negra, marcada pela histórica exclusão da terra e do mercado de trabalho, enfrenta as dificuldades de acesso aos serviços públicos e à moradia. Dificuldades essas mais dramáticas quando se é mulher, e piores ainda quando se é mulher e negra. Nas favelas e periferias das metrópoles, mães de santo, pastoras, lideranças comunitárias desenvolvem ações de acolhimento, para resistir à constante ameaça de ter a vida de seus filhos/suas filhas e dos/as filhos/as de suas vizinhas ceifada. Nestes territórios, segregados e violentamente controlados por forças paramilitares, gestam-se experiências de solidariedade que ajudam na luta contra a política de extermínio, que dita quem deve viver e quem deve morrer.

Investir no reconhecimento da classe trabalhadora em sua totalidade e complexidade, incluindo suas condições de moradia e de ausência de acesso a serviços públicos de qualidade nos territórios segregados das grandes cidades, constitui um dos desafios fundamentais do Serviço Social, para a apreensão das demandas mais sentidas por este segmento da população e para a proposição de medidas públicas de enfrentamento.